

Impeachment de Kadu é rejeitado, mas vereador pede abertura de CPI

MONTENEGRO – Dos dez vereadores, seis votaram favorável a abertura de um novo processo de impeachment em Montenegro. Entretanto, eram necessários dois terços dos votos, ou seja, a aprovação de sete vereadores. Por isso a abertura do processo foi rejeitada e o pedido de cassação do prefeito Kadu Müller (PP) foi arquivado.

O auditório da Câmara de Vereadores de Montenegro estava totalmente lotado na noite da última quarta-feira, 30 de outubro, inclusive com várias pessoas ficando de pé. No plenário grande parte eram funcionários da Prefeitura, em apoio ao prefeito. Além disso, teve transmissão ao vivo pela

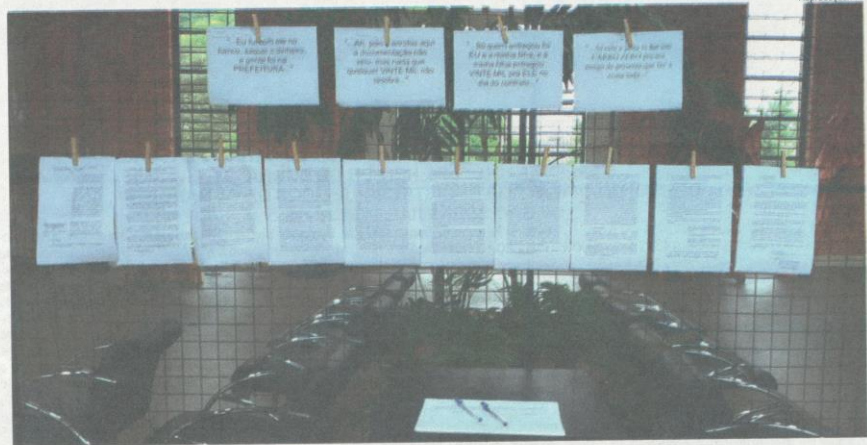
internet no <https://youtu.be/ETvXZMif9nM>.

Antes da votação aconteceu a manifestação dos vereadores. A pauta ainda incluiu a votação de dois projetos e um requerimento.

Após a leitura do documento que pediu a abertura do processo de impeachment, iniciou a votação dos vereadores. Votaram favoráveis ao pedido seis vereadores: Neri de Melo Pena, o Cabelo (PTB); Valdecir Alves de Castro (PSB), Juarez da Silva (PTB), Felipe Kinn da Silva (MDB), Cristiano Braatz (MDB) e Érico Velten (PDT). E foram contrários quatro vereadores: Joel Kerber (PP), Josi Paz (PSB), Rose Almeida (PSB) e Talis

Ferreira (PR).

Foi o segundo pedido de impeachment rejeitado em questão de cinco meses. No anterior, em maio, a votação terminou 5 a 5 e a abertura do processo também foi negada. Anteriormente, dois prefeitos de Montenegro foram cassados através de impeachment: Luiz Américo Alves Aldana em 2017 e Paulo Azevedo em 2015.



Mural com denúncias foi exposto na Câmara

Abertura de CPI

Após ser rejeitada a abertura de processo de impeachment contra o prefeito Kadu Müller, o vereador Felipe Kinn da Silva Menezes (MDB) quer que as denúncias apresentadas sejam investigadas através da realização de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI). “Estamos coletando até esta quarta-feira assinaturas para juntar ao pedido de abertura de CPI para investigar as denúncias feitas em relação ao transporte escolar, coleta do lixo e

as obras da Transciturus”, diz. Kinn defende uma maior investigação, mesmo que as denúncias já tenham sido encaminhadas também ao Ministério Público. Ele chegou a expor no mural da Câmara cópias das denúncias e diz que as pessoas também podem ouvir os áudios.

Uma outra CPI, do Plano de Carreira, iniciou no último mês de março, já tendo o seu prazo prorrogado. (GSB)